

Religião Saúde:

uma análise do discurso da revista *SAÚDE! é vital*

*Rafaella Guerreiro Bueno Abrão*¹

*Guilherme Borges da Costa*²

Resumo

O presente trabalho analisa o conceito de saúde e sua aplicação nas reportagens de capa da revista “SAÚDE! é vital”, da Editora Abril, no período de janeiro a dezembro de 2008. Para tanto, utilizou-se a metodologia da Análise do Discurso Francesa. A proposta é identificar as perspectivas de enunciação utilizadas no discurso jornalístico, a fim de verificar se os pressupostos do jornalismo referentes à circulação de vários saberes são aplicados pela revista. Além disso, analisam-se os valores de uso da notícia, a fim de identificar se a proposta lançada pela capa corresponde ao conteúdo oferecido pela reportagem.

Palavras-chave: *Jornalismo; Análise do Discurso; Saúde.*

1. Introdução

O objetivo deste estudo é analisar o sentido atribuído ao conceito de saúde na revista “SAÚDE! é vital”, da Editora Abril. Utilizando-se da Análise do Discurso Francesa (AD), foram analisadas 13 edições da revista referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2008, com a finalidade de desvendar as perspectivas adotadas nos textos. Vale aqui ressaltar a importância da mídia como transmissora de conteúdos simbólicos, na medida em que pode influenciar ações e comportamentos da população, além de se apresentar

1 Jornalista formada na Universidade Norte do Paraná, Londrina (PR). A presente pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em dezembro de 2009. Email: rafaella_03@hotmail.com

2 Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente é docente do curso de Comunicação Social, na FIAMFAAM, São Paulo (SP), e integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (Gepsipolim), da EACH/USP. Email: borges.guilherme@gmail.com

como mediadora de experiências, haja vista que, de acordo com Thompson (2002), as compreensões a respeito do mundo – tanto em relação à história, quanto ao momento atual – são fortemente influenciadas pelos meios de comunicação. Nesse sentido, reforça-se a relevância do estudo acerca dos significados transmitidos pela mídia, uma vez que esses seriam influenciadores no processo de formação de identidades.

2. Breve histórico da concepção saúde-doença

A preocupação sobre o que é saúde existe desde os primórdios da humanidade. Essa idéia aparece geralmente associada à concepção de doença, sendo que as primeiras preocupações sobre saúde estavam mais relacionadas à procura das causas das enfermidades. Inicialmente, tanto os adoecimentos, quanto os fenômenos naturais eram explicados somente com base em crenças religiosas, de modo que tais acontecimentos eram encarados como decorrentes de vontades divinas.

De acordo com Guitierrez e Oberdiek (2001), primeiramente as pessoas costumavam viver em agrupamento ou tribos como nômades, ou seja, se deslocavam ora em busca de alimentos, ora em defesa às ameaças do meio, como clima, animais ferozes, acidentes geográficos, entre outros motivos dessa ordem. Esse deslocamento já teria, na época, certo apelo à saúde, uma vez que ao perceber que a falta de alimentos estaria relacionada ao adoecimento ou à morte de integrantes do grupo, as tribos passariam a procurar comida em lugares distintos. Dessa forma, seria possível afirmar que a causalidade das doenças seria relacionada a fatores externos ao homem, uma vez que as grandes civilizações antigas que viviam entre a Mesopotâmia e o Egito encaravam as doenças como decorrentes de causas externas, excluindo a participação do organismo no processo.

Com o passar do tempo, a idéia de exterioridade das causas das doenças seria substituída. Elas passariam a ser relacionadas com fatores que envolveriam o papel ativo do indivíduo. A predisposição individual seria salientada na medida em que, no curso de epidemias, algumas pessoas eram atingidas e outras não. Decorrente disso seria enfatizado o valor da higiene pessoal, assim como o papel ativo do homem no processo de contrair doenças. Já os povos do Oriente Médio passariam a utilizar a observação e práticas empíricas, deixando os elementos religiosos e sobrenaturais em segundo plano, em detrimento de filosofias.

Com o Renascimento, a cultura racional e científica seria enfatizada, de forma que o espírito crítico do homem impulsionaria a ciência experimental, a fim de buscar explicações racionais para os fenômenos da natureza. Com isso, as individualidades seriam ressaltadas, assim como a importância da prática clínica:

Durante todo o século XVIII, os estudos médicos voltam-se para a compreensão do funcionamento do corpo humano e das alterações anatômicas sofridas durante a doença. O estudo das causas cede lugar à prática clínica. As pesquisas científicas interessam-se pela localização das sedes das doenças no organismo e voltam-se para desvelar a linguagem dos sinais e sintomas clínicos. O método clínico, por seu próprio caráter intensivo e singular, não propicia a abordagem das questões relativas às causas das doenças, pois estas se dão no plano coletivo, não sendo, portanto, verificáveis na dimensão particular do individual (Guitierrez; Oberdiek, 2001:15).

Após as Revoluções Industrial e Francesa haveria uma crescente urbanização e industrialização. Decorrente disso, o aparecimento das doenças passaria a ser também relacionado com as condições de vida e trabalho do homem. Essa relação seria conhecida como “causação social”, no qual “o ambiente [...] deixa, momentaneamente, de ser natural para revestir-se do social” (Guitierrez; Oberdiek, 2001:20), ou seja, as causas das doenças seriam buscadas também a partir das relações e condições de trabalho.

Com o passar do tempo, seria estabelecido o modelo multicausal das doenças, uma vez que haveria o consenso de que “o processo saúde-doença é a síntese de múltiplas determinações” (Guitierrez; Oberdiek, 2001: 22), incluindo o ambiente e a determinação social.

Atualmente, a saúde tem sido entendida de diferentes modos, que incluem desde a concepção mais simples relacionada à ausência de doenças, até a definição apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que o tema é caracterizado como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”. Entretanto, esse conceito traz complicações em relação à padronização de saúde – sempre relacionada com a ideia de doença. Nesse sentido, segundo Canguilhem (*apud* Monteiro, 1985), a definição sobre saúde traz consigo uma imposição de valores ideológicos determinados pelas relações sociais:

A questão da norma nos introduz, portanto, diretamente no mundo de valores e da ideologia. Toda noção de doença, diz Canguilhem, carrega implicitamente a referência a um estado de saúde tido como norma do bom funcionamento fisiológico. Curar significa, pois, restaurar um certo modelo de saúde definido como normal e degradado pela doença. Ora, observa Canguilhem, toda norma resulta de uma escolha arbitrária, uma vez que o objeto da normalidade não é normal nele mesmo – a normalidade lhe é sempre atribuída. A

partir dessa perspectiva temos que toda definição de doença é, de certo modo, e em graus variáveis, consequência de uma escolha arbitrária (não necessária) de uma norma de saúde socialmente construída. (Canguilhem *apud* Monteiro, 1985: 69).

O conceito apresentado pela OMS também é criticado por Ferraz e Segre (1997), que afirmam se tratar de uma definição “irreal, ultrapassada e unilateral”. Dessa forma, refere-se, primeiramente, à subjetividade atribuída à expressão de “completo bem-estar”. Outra crítica seria decorrente da divisão cartesiana entre o físico, o mental e o social, uma vez que “se o psíquico responde ao corporal e vice-versa, fala-se, então, de um sistema onde não se delineia uma nítida divisão entre ambos” (Ferraz; Segre, 1997:540).

O dualismo “corpo-alma” também é questionado por Gadamer (2006):

O que é o corpo e a alma? Talvez um dinamismo? De qualquer forma, o corpo é vida, é o vivo; a alma é o que anima, de modo que, no fundo, ambos já estão tão refletidos um no outro que qualquer tentativa de objetivação do corpo sem considerar a alma ou da alma sem o corpo pode, em algum lugar, conduzir ao ridículo (Gadamer, 2006:103).

Ao considerar que o conceito proposto pela OMS é unilateral, levantaria-se um questionamento sobre a qualidade de vida, uma vez esta seria considerada como algo intrínseco, podendo apenas ser avaliado pelo próprio sujeito. Nesse sentido, qualidade de vida, de acordo com Kalichman e Souza (1993), está diretamente relacionada ao modo de viver em sociedade, respeitando os limites de cada momento histórico. O cotidiano, portanto, criaria exigências e demandas para os indivíduos, de forma que o impedimento destes afetaria na qualidade de vida.

Dentro desse enfoque, a defesa seria a compreensão da realidade pessoal como um fator determinante para a concepção de saúde. Ferraz e Segre apresentam uma nova forma de tratar sobre o assunto, propondo um novo conceito, no qual saúde seria “um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade” (1997:542). Esta visão de saúde pode ser relacionada com a idéia proposta por Gadamer (2006), na qual a natureza, e também a saúde são associadas à noção de equilíbrio. Este, por sua vez refletiria na situação de bem-estar de cada indivíduo, sendo que a falta do equilíbrio, proporcionaria o sentimento de “estar faltando alguma coisa”, e isso acarretaria uma sensação de mal-estar no sujeito.

Sobre esta condição, Giddens afirma que o homem contemporâneo vive na era do desencaixe, na qual o sujeito perde referências e paradigmas, enfrentando, assim, o frequente sentimento de ansiedade e incerteza “onde tudo serve, mas nada preenche.”

(Giddens *apud* Silva, 2005, p. 1-2). Este vazio, de acordo com Rollo May (1973), é caracterizado pelo fato de as pessoas ignorarem o que querem, além de não saberem ao certo o que sentem. O indivíduo, portanto, se vê incapaz de tomar decisões e de modificar a própria vida, deparando numa profunda sensação de desespero.

Em busca pelo preenchimento do vazio interior, surge a procura incessante pela felicidade e pelo bem-estar. A contínua sensação de ansiedade, além da busca incansável por felicidade, proporcionaria um campo fértil para o desenvolvimento do consumo, gerando um ciclo vicioso entre este e o sentimento de vazio:

Quem consome acreditando que adquiriu a felicidade pode não encontrá-la e assim cair num vazio que só um novo consumo pode resolver. Assim, há uma associação necessária entre ter os objetos e a realização última da existência humana (Costa Filho, 2005, p. 2).

De acordo com Lipovetsky (2007), este estado caracterizaria o que ele chamou de hiperconsumo. Esta etapa da existência humana seria caracterizada pela busca por qualidade de vida, comunicação e saúde. Surgiria, então, um culto à “religião saúde”:

Em nome da religião saúde, é preciso informar-se sempre mais, consultar profissionais, vigiar a qualidade dos produtos, sopesar limitar os riscos, corrigir nossos hábitos de vida, retardar os efeitos da idade, passar por exames, fazer revisões gerais. Foi-se a época feliz e despreocupada da mercadoria: o tempo que chega é o da hipermercadoria medicalizada, reflexiva e preventiva, carregada de preocupações e de dúvidas, exigindo sempre mais atividade responsável dos atores (Lipovetsky, 2007, p. 54).

O hiperconsumo seria um período, cujos consumidores seriam mais imprevisíveis e voláteis, uma vez que o individualismo seria cada vez mais estimulado. Esta fase seria marcada por uma lógica subjetiva e emocional, sendo que o indivíduo buscaria, através do consumo de mercadorias e informações, uma forma de satisfazer suas expectativas referentes, principalmente, ao prazer e ao bem-estar.

3. Reflexões acerca da influência dos meios de comunicação na sociedade

No período anterior ao surgimento do jornalismo, o conhecimento estava concentrado nas mãos da Igreja e das Universidades, caracterizando o acesso à informação como uma forma de poder. Nesta época, segundo Marcondes Filho (1989), o conhecimento e a informação estavam implícitos nas relações de dominação adotadas pela elite. O jornalismo é encarado pelo autor como filho da Revolução Francesa, uma vez que este

movimento simbolizou a queda dos regimes monárquicos e do poder aristocrático. A partir de 1789 – juntamente com a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, em 1440 –, a atividade jornalística surgiria como conquista do direito de informação, servindo com esclarecimento político e ideológico, na medida em que tornava exposto o que antes estava nas mãos somente da elite.

Este momento corresponderia à primeira fase do jornalismo, que se estenderia até a metade do século XIX. Nesta etapa, haveria uma ebulição do jornalismo político-literário, fazendo com que os jornais fossem escritos com fins pedagógicos e de formação política. Neste período, os fins econômicos estariam em segundo plano.

Entretanto, com a revolução burguesa, juntamente às inovações tecnológicas do século XIX, o jornalismo partiria para sua segunda fase, na qual a atividade passaria a se constituir como grande empresa capitalista, exigindo uma capacidade financeira de auto-sustentação. Surgiria, então, a preocupação com o lado mercadológico do jornal, que passaria a considerar a venda dos espaços publicitários como prioritárias em relação à parte redacional.

A partir desta fase o jornalismo passaria a tratar a notícia como mercadoria, fazendo investimentos a fim de melhorar a aparência e o potencial de venda da mesma. Surgem as manchetes, os destaques e as reportagens, de modo que “trabalha-se e investe-se muito mais na capa, no logotipo, nas chamadas de primeira página” (Marcondes Filho, 2002:24).

A terceira fase do jornalismo se consolidaria após a crise de 1929, com o desenvolvimento da indústria publicitária e de relações públicas. Esta etapa se caracterizaria pelos monopólios de comunicação:

A fase de consolidação da imprensa de negócios como sociedade por ações vem no último quartel do século 19, em que não somente a empresa jornalística se impõe como única forma possível de competir no mercado editorial, como também se formam os grandes conglomerados da indústria da imprensa (Marcondes Filho, 2002: 25).

Neste período surgiria o merchandising, ou seja, a notícia passaria a apresentar um viés publicitário, na medida em que fossem apresentadas estratégias a fim de passar, inconscientemente, propagandas no corpo das mensagens jornalísticas como se essas fossem de interesse público. Este processo foi denominado por Enzensberger (*apud* Marcondes Filho, 2002), como “indústria da consciência”, mostrando-se mais avançada e sofisticada que a indústria cultural.

Com as inovações tecnológicas dos anos 70 – decorrentes de investimentos militares da Guerra Fria – o jornalismo se apresentaria em sua quarta fase, que poderia ser encarada como o “jornalismo da era tecnológica”. Neste período, com o surgimento da informática, a produção jornalística seria barateada, na medida em que os meios de comunicação passariam a se valer do sistema, obrigando todos a “entrarem no mesmo barco” (Marcondes Filho, 2002: 35).

O advento digital seria responsável por uma revolução no sistema de informação:

A adoção de computadores, sistemas em rede, acesso on line à Internet, fusão e mixagem de produtos na tela conduziram as empresas jornalísticas a uma reformulação completa de seu sistema de trabalho, adaptando em seu interior a alta velocidade de circulação de informações, exigindo que o homem passasse a trabalhar na velocidade do sistema. Jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa ou lingüística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, ‘universal’, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações (Marcondes Filho, 2002: 36).

Dessa forma, na medida em que a informação e a operação acontecessem em tempo real, a análise seria “terceirizada”, já que a interpretação e o comentário passariam a ser tirados de outras fontes, externas ao exercício jornalístico.

A partir da compreensão das diferentes etapas do jornalismo, vale refletir sobre os efeitos da atividade na sociedade, uma vez que a transformação do jornalismo foi acompanhada por uma lógica mercadológica atribuída à informação, uma vez que desde a segunda fase, o lado empresarial foi acoplado à atividade jornalística, transformando a notícia em mercadoria.

Este novo caráter adotado pelos meios de comunicação, segundo Huxley e Orwell (*apud* Ramonet, 1999), proporcionou uma inversão no papel fundamental da mídia, distorcendo sua missão fundamental que seria esclarecer e enriquecer o debate democrático. A partir desta mudança, a notícia passaria a necessitar de valores de uso e troca a fim de garantir seu espaço no mercado. Para isso, os meios de comunicação lançariam mão de algumas estratégias de modo a transformar a matéria-prima informação em produto. O valor de uso, por sua vez, seria referente à aquisição de determinado meio de comunicação pelo indivíduo, o qual buscaria satisfazer seus próprios interesses. Após o consumo, a notícia perderia seu valor de uso, mostrando-se como uma “mercadoria rapidamente perecível” (Marcondes Filho, 1989: 25).

No entanto, existiria uma diferença entre o valor de uso e o valor real de uso, sendo que o primeiro também é chamado pelo autor como “valor de uso aparente”. Isto consistiria no fato de que para a mercadoria “informação” se tornasse um produto vendável, seria necessário que o valor aparente de uso atraísse o consumidor. Para isso, seriam utilizados elementos que reforçariam a “aparência de valor de uso”, como as manchetes, os artigos de fundo, os gráficos, o papel de melhor qualidade, entre outros.

Outros fatores também passariam a influenciar a informação, na medida em que o mercado de notícias se tornasse mais concorrido. Esses parâmetros, de acordo com Ramonet (1999) são o mimetismo midiático e a hiperemoção. O primeiro diz respeito à corrida precipitada da mídia em busca de “cobrir um acontecimento (seja qual for) sob pretexto de que os outros meios de comunicação – e principalmente a mídia de referência – lhe atribuam uma grande importância” (Ramonet, 1999: 21). Isso faria com que o assunto fosse, cada vez mais, considerado indispensável, precisando sempre de uma cobertura maior. O resultado disto seria a multiplicação de ofertas que levaria a um estado nauseante de superinformação.

Este processo seria baseado também na hiperemoção, de modo que a notícia transformaria o acontecimento em um espetáculo, cujos apelos seriam em torno do sensacional e do choque de emoções. Esta característica firmaria a idéia de que “se a emoção que você sente é verdadeira, logo a informação também é verdadeira” (Ramonet, 1999: 22).

O uso dessas técnicas pela mídia como forma de alcançar o principal objetivo da empresa jornalística – obter lucros –, causaria uma insensibilidade à veracidade da informação por parte dos meios de comunicação. Assim, o encobrimento e o falseamento da notícia poderiam ser atribuídos ao tratamento dado à informação, uma vez que – mesmo que nem sempre de forma intencional – este processo seria acompanhado por manipulação.

Outra forma de falseamento ou encobrimento da notícia seria o uso da técnica e da linguagem na elaboração das matérias jornalísticas. A técnica corresponderia à transformação das notícias a fim de enquadrá-las nas normas e padrões da empresa, o que atribuiria ao meio de comunicação um caráter de uniformizador e de organizador do real. A linguagem, por sua vez, seria utilizada de modo a melhorar a receptividade da notícia:

O uso de formas lingüísticas, ou seja, o uso de tom oficial, de formulações anônimas tipo ‘fontes bem-informadas’, ‘porta-voz oficial’, da forma passiva neutralizante, do tempo condicional operam no sentido de favorecer um comportamento receptivo. A transmissão

noticiosa que usa tais figuras de linguagem tenta passar imagens neutras, oficiais, sérias e indiscutíveis com o mesmo tom dos comunicados do governo que, se não corresponde à verdade, pelo menos possuem um tom direto, restritivo, imperativo (Marcondes Filho, 1989: 48).

A política do destaque e da supressão de informações seria outra maneira de encobrir/ falsear a notícia. Esta forma se caracterizaria pela prática intencional de atribuir maior destaque para determinado tema em detrimento de outro. Isto abrangeria desde a seleção das informações que fossem ser apresentadas na notícia – de acordo com os interesses do jornalista, ou do enfoque sugerido pelo editor –, até o espaço que se disponibilizaria para a publicação da matéria no veículo de comunicação.

Considerando o modelo atual de produção de notícias, convém refletir brevemente sobre os efeitos das notícias na sociedade. De acordo com Berger e Luckmann, estas são agentes ativos no processo de construção social da realidade. Juntamente a isto, pode-se relacionar a idéia proposta por Sousa (2002: 121) de que “os meios jornalísticos, ao tornarem a sociedade tendencialmente mais conhecida e reconhecível por ela própria, contribuíram, desde que apareceram, para a ocorrência de modificações sociais profundas”. Entretanto, os meios de comunicação influenciariam interpretações da realidade, na medida em que a mídia atuasse como mediadora de diferentes realidades.

Nesse sentido, é necessário levar em consideração a idéia proposta por Thompson (2002) sobre a importância da mídia na transmissão de conteúdos simbólicos, uma vez que os meios de comunicação atuariam como instituições paradigmáticas do poder simbólico. Este, por sua vez, corresponderia “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (Thompson, 2002: 24).

4. Procedimentos Metodológicos

Após as reflexões teóricas acerca de saúde e comunicação, e antes da análise das reportagens da revista “Saúde! é vital”, da editora Abril, é importante apresentar e refletir sobre a metodologia utilizada na realização deste trabalho, uma vez que tal procedimento tem por função estabelecer os critérios para o exame do objeto em questão.

Apesar da influência que os elementos gráficos e as fotos exercem no sentido da reportagem, este trabalho se restringiu às partes textuais, em função do tempo disponibilizado às partes teóricas. Portanto, as análises são sobre as matérias principais de

capa das edições da revista “Saúde! é vital” referentes a 2008. O veículo, cuja publicação é mensal, contou também com uma edição extra – em outubro –, resultando em 13 matérias analisadas.

O objetivo da análise foi verificar a forma como a revista trabalha a concepção de saúde, uma vez que o tema acompanha o próprio nome da publicação. Para isso, entre os critérios utilizados está a verificação se a chamada de capa corresponde fielmente ao conteúdo abordado na matéria, uma vez que – como foi visto anteriormente – as manchetes são elementos importantes na representação do valor de uso da notícia, os quais influenciam o consumidor a adquirir – ou não – o produto.

A análise visa, principalmente, refletir sobre o discurso utilizado nas matérias principais de capa, a fim de verificar se há uma ideologia presente em tais notícias, já que saúde apresenta relações intrínsecas com a noção de equilíbrio e bem-estar. Além disso, pretende-se verificar se a lógica do hiperconsumo está presente nas publicações, no sentido de promover a satisfação emocional e a busca pelo prazer imediato do público. As reflexões acerca da notícia e do jornalismo também são consideradas na análise, a fim de verificar quais são os fatores que influenciam a elaboração dos textos.

A partir disso, mostra-se coerente adotar uma metodologia que corresponda ao interesse de desvendar o discurso estabelecido – implicitamente – nos textos jornalísticos, haja vista que tal procedimento serve como orientador da análise. Cabe, portanto, adotar um método que não seja restrito à linguagem, mas ao contexto no qual ela está inserida. Assim, a metodologia escolhida foi a Análise do Discurso Francesa, uma vez que, segundo Bana (2002), este método leva em consideração o lingüístico e o histórico, na medida em que estes são inseparáveis do processo de produção de sentido:

A linguagem é a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. Assim, deve-se levar em conta o homem na sua história, isto é, considerar os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer (Bana, 2002: 14).

Compreende-se ainda que o discurso não deve ser dissociado da ideologia de quem o enuncia. Machado (2006) afirma que o discurso não existe por si mesmo, ou seja, foi elaborado por alguém, em algum contexto e com algum propósito. Orlandi (*apud* Bana, 2002), por sua vez, assegura que o discurso adquire sentido a partir do momento em que se

inscreve em uma formação discursiva, a fim de ter um sentido e não outro. Os discursos, então, seriam determinados ideologicamente, uma vez que a formação discursiva representaria, no discurso, as formações ideológicas.

O efeito ideológico, por sua vez, seria condizente com o assujeitamento do sujeito pelo discurso:

É na formação ideológica que se dá a interpelação do indivíduo em sujeito. O efeito ideológico resultante do processo de constituição do sujeito está na ilusão que ele tem de que é livre e de que pode dominar a linguagem. Entretanto, o sujeito é assujeitado pelo discurso: retoma os sentidos pré-existentes e é conduzido a tomar um lugar social possível que ele mesmo se institua ao falar (Bana, 2002:20).

Podemos compreender este processo como a descentralização do sujeito e a historização do sentido, uma vez que o indivíduo não seria origem/ fonte de “seus” enunciados, de modo que “assume-se a determinação ideológica do sujeito por formações discursivas que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem as diferentes posições do sujeito, permitindo-lhe sua enunciação” (Pêcheux *apud* Bana, 2002:28).

Portanto, o sujeito do discurso seria descentrado, na medida em que, ao falar, o indivíduo ocupe “uma posição determinada, de onde deve falar naquele contexto de produção. Isso quer dizer que o mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeito” (Foucault *apud* Machado, 2006:7).

Assim, a elaboração do discurso seria decorrente de dois fatores: a memória discursiva e a formulação. A primeira, que é chamada por Orlandi (*apud* Bana, 2002) de interdiscurso, diria respeito ao que já foi dito e apresentado anteriormente, formando um conjunto de enunciados pré-existentes que poderiam estar esquecidos na memória do indivíduo. A formulação, por sua vez, seria referente à atualidade, ou seja, ao que estaria sendo dito/ apresentado no momento. Este fator é chamado pela autora de intradiscurso.

Entretanto, o indivíduo não teria total consciência a respeito das formações ideológicas que o cercam, uma vez que estas não seriam vistas como tal pelo sujeito, pois seriam encaradas como verdades naturalmente instituídas – ou seja, apresentariam um caráter “transparente” ao sujeito. Esse aspecto pode ser relacionado ao que Pêcheux caracteriza como esquecimento número um:

Assim, no sistema inconsciente, o sujeito ‘esquece’ as determinações que o constituem, enquanto tal. Na verdade, não se trata de ‘esquecer’ no sentido estrito. [...] é como se o sujeito nunca soubesse das determinações ideológicas que o precedem. Isso se passa no

processo discursivo no momento em que os elementos de uma formação discursiva desprendem-se para outro oponente na constituição de uma formação discursiva dominante. Aqui, uma formação discursiva precedente é tomada como a representação primária de que se serve o sujeito, sem o saber, para construção de uma segunda formação discursiva, a que deverá ser tomada ideologicamente como dominante num contexto histórico dado. Isso acontece através de um mecanismo fora da consciência do sujeito falante (Pêcheux *apud* Bana, 2002:26)

Em oposição a esse esquecimento, o autor propõe o esquecimento número dois, que condiz com o dito e não-dito na elaboração do discurso. Nesse processo, o sujeito apresentaria certa consciência, na medida em que ele selecionaria, entre um conjunto de enunciados, o que iria ser utilizado para “compor o sentido de seu discurso segundo uma dada informação ideológica que o precede sob forma de esquecimento número um” (Bana, 2002:27). Isso faria com que o sujeito tenha a ilusão de estar na origem do “seu” discurso.

Entretanto, a apropriação de determinadas formações discursivas seriam decorrentes de uma identificação por parte do sujeito – a posição adotada pelo indivíduo. Essa relação faria do sujeito enunciativo um sujeito ideológico, na medida em que a representação do primeiro seria uma ilusão produzida pelo duplo esquecimento:

Assim, definir enunciação como organização do discurso do sujeito enunciativo por referência direta ou divergente, ou por ausência de referência, à situação de enunciação (o eu-aqui-agora do locutor) é resultado do apagamento teórico da determinação ideológica que afeta tanto o sentido do enunciado quanto o próprio sujeito enunciativo (Bana, 2002:29).

5. Análise do Discurso da Revista “Saúde! É vital”, da Editora Abril

Após as reflexões teóricas realizadas, juntamente à análise das reportagens de capa das 13 edições da revista “SAÚDE! é vital”, da Editora Abril, pode-se estabelecer algumas relações percebidas no decorrer da análise.

Primeiramente, é necessário levar em consideração o estado de ansiedade que o homem vive atualmente, uma vez que isso causa um desnortamento no indivíduo, na medida em que ele se vê incapaz de modificar a sua própria realidade através de suas ações. Essa falta de certeza e direção leva o sujeito a buscar os meios de comunicação como forma de orientação cognitiva e, conseqüentemente, como meio de acalmar o vazio e a incerteza decorrentes da ansiedade.

É necessário aqui, enfatizar que a noção de saúde está intimamente ligada ao bem-estar e à conformidade do indivíduo consigo mesmo. Dessa forma, saúde pode ser

entendida como uma razoável harmonia – equilíbrio – do sujeito com sua própria realidade.

Além disso, o medo de isolamento leva o sujeito a buscar informações e a se inteirar dos acontecimentos e das opiniões que o cercam. Assim, após a análise das reportagens de capa da revista “SAÚDE! é vital”, percebe-se que esse medo condiz com a aversão à morte, que é encarada por May (1973: 27) “como símbolo da derradeira separação, do isolamento dos outros seres humanos”.

A preocupação acerca de saúde, então, pode ser considerada uma forma de retardar a morte e, portanto, fugir da “solidão eterna”. Essa idéia condiz com o culto à “religião saúde” – que é decorrente do conceito de hiperconsumo apontado por Lipovetsky (2009) –, uma vez que esta é caracterizada também pela busca de longevidade. Para que haja o prolongamento da vida, o indivíduo se depara com a necessidade de prevenção, um dos pressupostos da “religião saúde”.

Isso pode ser encontrado nas reportagens analisadas, uma vez que as matérias buscam relacionar a prevenção ao alcance da longevidade, de modo que são apresentadas formas de não contrair doenças e, assim, manter uma vida “saudável”. Vale ressaltar que moléstias que ainda não apresentam cura – como o mal de Alzheimer e, principalmente, o câncer – são citadas em diferentes reportagens, a fim de associar o conteúdo das matérias à prevenção dessas doenças.

Entretanto, pode-se relacionar a falta de cura dessas doenças à ansiedade, na medida em que o sujeito entende que ao contrair tal enfermidade, ele vai ter que conviver com ela para o resto de sua vida. Nesse sentido, Gadamer (2006) defende que o sentimento que acompanha o indivíduo que sofre de uma doença crônica é diferente ao das outras moléstias, na medida em que a pessoa passa a não ter expectativas de cura, sendo que as dores e doença não são passageiras. A doença crônica exigiria, portanto, que o paciente se habituasse a conviver e a aceitar a doença, uma vez que “a doença como perda de saúde, da imperturbada ‘liberdade’, significa sempre um tipo de exclusão da ‘vida’” (Gadamer, 2006: 63).

Dessa forma, as reportagens estimulam a ansiedade e angústia do leitor, ao relacionar o assunto da matéria com alguma doença crônica. Podemos inferir que esse recurso seria utilizado a fim de fazer o sujeito aderir à forma de prevenção apresentada pela revista. Além disso, em alguns momentos pode-se perceber a idéia de prazer e felicidade relacionada com os métodos “preventivos”. Nesse sentido, é possível afirmar

que tal recurso interfere no valor de uso da reportagem, na medida em que é utilizado como forma de reforçar a medida proposta pela própria matéria.

Entre essas formas de prevenção está – principalmente – a idéia de “alimentação balanceada”. Essa noção, por sua vez, é relacionada ao equilíbrio, haja vista que uma alimentação “saudável” implicaria tanto na diversidade quanto na quantidade – equilibrada – dos alimentos a serem consumidos. Contudo, essa medida também pode ser relacionada ao sentimento de prazer, na medida em que o indivíduo não é privado de comer aquilo que lhe é prazeroso, ou seja, o prazer pode ser adquirido, desde que seja de forma “equilibrada”.

Em relação ao discurso das reportagens, estes são principalmente baseados em fontes “especializadas”, de modo que, no decorrer das matérias, são utilizados recursos lingüísticos a fim de conferir credibilidade às fontes e à reportagem como um todo. Contudo, em nenhuma reportagem foi utilizada alguma fonte que não correspondesse à área abordada pela matéria, ou seja, sempre foram utilizados “especialistas” – como médicos, dentistas, professores de universidades nacionais e internacionais, entre outros. Os textos, portanto, não abriram espaço para a perspectiva de algum cidadão envolvido com a situação – ou o problema de saúde – abordado. Nota-se, com isso, que a revista é caracterizada pela perspectiva baseada nos “especialistas”.

Assim, percebe-se que, embora todas as matérias apresentem várias fontes, a maioria é falsamente plural, ou seja, monofônica. Isso acontece devido à elaboração do texto ser baseada em uma perspectiva. Nesse sentido, ao utilizar a Análise do Discurso Francesa percebe-se que as diferentes fontes da reportagem, muitas vezes, apenas se complementavam rumo a um mesmo enunciado.

A falta de perspectivas relacionadas às pessoas “comuns” é suprida através da constante interação proposta pelo jornalista ao leitor. Esse elemento utilizado nos textos a fim de proporcionar um melhora na receptividade do indivíduo em relação à leitura. Nesse sentido, o jornalista procura relacionar as experiências do indivíduo ao conteúdo da matéria, de modo a facilitar o processo de significação do conteúdo das reportagens. Ou seja, a abordagem relacionada ao lado do “paciente” – por exemplo – é conferida ao próprio leitor, que relaciona suas próprias experiências ao que é apresentado pelo texto.

Outro aspecto relevante observado nas reportagens é referente ao uso da ansiedade como forma de prender a atenção do leitor. Isso pode ser associado à idéia de hiperemoção, definido por Ramonet (1999), na medida em que as reportagens manejam os sentimentos

do indivíduo a fim de que ele prossiga a leitura. Assim, a ansiedade ora é estimulada, ora é acalmada, no decorrer do texto.

Considerações Finais

Para finalizar, é importante assumir que os conteúdos das reportagens correspondem – na maioria das vezes – ao que foi proposto pela manchete. Assim, observa-se que o valor de uso das notícias é real e não aparente. Isso atribui maior credibilidade à revista, na medida em que o leitor satisfaz o interesse estimulado pela capa.

Vale, portanto, ressaltar que a maioria das reportagens – e isso pode também ser atribuído às manchetes – apresenta os assuntos como novidades ao leitor. Isso pode ser associado à lógica do hiperconsumo, haja vista que o meio de comunicação propõe novos conhecimentos ao sujeito, estimulando-o a adquirir a revista.

Referências Bibliográficas

BANA, Ivanir Guidini. *O confronto de discursos: memórias de uma história política*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. “Propaganda, Felicidade e Consumo”. *Revista Lectura*, Fortaleza, n. 3 / 2005, pp. 1-5.

FERRAZ, Flávio Carvalho; SEGRE, Marco. “O conceito de saúde”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 5 / out. 1997, pp. 538-542.

GADAMER, Hans-Georg. *O caráter oculto da saúde*. Petrópolis: Vozes, 2006.

Guitierrez, Roberto; Oberdiek, Hermann Iark. “Concepções sobre a saúde e a doença”. In: ANDRADE, Selma M.; SOARES, Darli Antonio; CORDONI JR, Luiz. (Coords.). *Bases da Saúde Coletiva*. Londrina: Eduel, 2001.

KALICHMAN, Artur Olhoventchi; SOUSA, Maria de Fátima Marinho de. “Vigilância à Saúde: Epidemiologia, Serviços e Qualidade de Vida”. In: ROUQUAYROL, Maria Zélia. *Epidemiologia & Saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MACHADO, Márcia Benetti. "Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica". Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14 / jan./jun. 2006, pp. 1-11.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos*. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MAY, Rollo. *O homem à procura de si mesmo*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem: a magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.